



# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

## DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Nº. 002/002-2024

O Município de Paverama, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF Nº 91.693.317/0001-06, com sede na Rua Jacob Flach, 222, Bairro Centro, representado neste município, na pessoa do Prefeito o Sr. Fabiano Merence Brandão, no uso de suas atribuições e com base na Constituição Federal do Brasil, na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na Lei Federal 6.938/81, na Lei Complementar 140/2011, na Resolução CONAMA 237/97, nas Leis Municipais, na Resolução CONSEMA 372/2018 e supervenientes e com base nos autos do processo administrativo nº. 1089/2024 expede a presente **DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL** ao:

**REQUERENTE:** Prefeitura Municipal de Paverama

**CNPJ:** 91.696.317/0001-06

**ENDEREÇO:** Rua Jacob Flach, nº 222, Centro

**MUNICÍPIO:** Paverama/RS

### 2. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE

**ENDEREÇO:** Parque 13 de Abril, rua Maria Jantsch, bairro Centro, Município de Paverama/RS

**COORDENADAS GEOGRÁFICAS:** Lat. 29°33'11.88"S Long. 51°44'06.51"W

**A PROMOVER A ATIVIDADE DE:** Ampliação da quadra esportiva com colocação de grama sintética, em uma área superficial de 1.366,50 m<sup>2</sup>, localizada no Parque 13 de Abril junto à Rua Maria Jantsch, Bairro Centro, Município de Paverama.

### CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

#### 1. QUANTO A INTERVENÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS E DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

1.1. O presente documento trata da ampliação da quadra esportiva com colocação de grama sintética, em uma área superficial de 1.366,50 m<sup>2</sup> localizada no Parque 13 de Abril junto à Rua Maria Jantsch;

1.2. Somente são licenciáveis as atividades que constam na Resolução CONSEMA 372/2018. As atividades que não constam nesta resolução, são não incidentes de licenciamento ambiental, assim sendo, não há como emitir a declaração de isenção de licenciamento ambiental por ser um ato legal e administrativo redundante. Haja vista que as atividades não incidentes, não são passíveis de licenciamento ambiental. No entanto, o empreendedor e os agentes financeiros devem atentar para as demais questões legais, que seguem;

1.3. Deve ser observada a legislação ambiental quanto as formações vegetais e áreas de preservação permanente, ao longo dos cursos d'água, numa faixa mínima de 30 metros (para arroios até 10 metros de largura), numa distância de no mínimo 50 metros das nascentes e banhados, nas áreas com declividade igual ou superior a 45°, topos de morro e outras restrições dos Códigos Florestal: Lei Federal nº 11.652/2012 e Lei Estadual nº 15.434/2020;

1.4. Deve ser observada a legislação quanto a movimentação de solo (corte e aterro) para dentro ou para fora dos imóveis;

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PAVERAMA





# MUNICÍPIO DE PAVERAMA

Estado do Rio Grande do Sul

1.5. Os resíduos da construção civil, gerados durante a fase de obras de implantação dos empreendimentos, devem ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA 307/2002.

## 2. RECOMENDAÇÕES:

2.1. Que os técnicos dos projetos de crédito e os agentes financeiros, observem e repassem as informações descritas neste parecer aos empreendedores, abstendo-se de realizar protocolos administrativos quando das atividades não incidentes de licenciamento ambiental;

2.2. Em caso da necessidade de supressão de vegetação nativa e movimentação de solo para dentro ou para fora dos limites da propriedade (imóvel), mesmo que para as atividades não incidentes, deverá ser aberto processo administrativo solicitando o licenciamento ambiental, acompanhado do projeto técnico e as respectiva Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT);

2.3. Quando tratar-se de qualquer obra de engenharia deverá ser observado o que está determinado pela Lei nº 5.194/1966 e pela Resolução nº 425/1998 do CONFEA, Art. 1º - "Todo contrato escrito ou verbal para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeita à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), no Conselho Regional em cuja jurisdição for exercida a respectiva atividade", assim sendo, toda e qualquer responsabilidade legal recairá sobre o empreendedor e seu responsável técnico.

## 3. Quanto às condicionantes ambientais:

3.1. Este documento ambiental deverá estar disponível no local da atividade autorizada para efeito de fiscalização.

Paverama/RS, 26 de Abril de 2024.

**Havendo a inclusão da atividade atualmente isenta na Resolução CONSEMA nº 372/2018 que atualiza e define as atividades que causam ou que possam causar impacto ambiental local para exercício da competência municipal para licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul o empreendedor deverá requerer o licenciamento ambiental.**

**Fabiano Merence Brandão**  
Prefeito Municipal

**Maurício Marques da Silva**  
Secretário Municipal de Agricultura  
e Meio Ambiente